



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

YASMIN LUDMILLA VALOIS MORAES

**INTELIGÊNCIA ARQUIVÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA REINTEGRAÇÃO
SOCIAL**

BELÉM-PA

2026

YASMIN LUDMILLA VALOIS MORAES

INTELIGÊNCIA ARQUIVÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de Bacharelado em Arquivologia, pela Faculdade de Arquivologia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lira Furtado.

BELÉM-PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M827i Moraes, Yasmin Ludmilla Valois.
Inteligência Arquivística como estratégia para
reintegração social / Yasmin Ludmilla Valois Moraes. — 2026.
25 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Renata Lira Furtado
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade
de Arquivologia, Belém, 2026.

1. Competência em informação. 2. Arquivologia. 3.
reintegração social. 4. Competência arquivística. 5.
Inteligência Arquivística. I. Título.

CDD 651.5

INTELIGÊNCIA ARQUIVÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito para a obtenção de grau de Bacharelado em Arquivologia, pela Faculdade de Arquivologia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lira Furtado.

Data da Aprovação: 16/07/2026

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RENATA LIRA FURTADO**
Data: 23/07/2026 13:40:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Renata Lira Furtado
Orientadora - FAARQ/UFPA

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO GOUVEIA DE SOUSA**
Data: 24/07/2026 12:23:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Gouveia Sousa
Avaliador Interno - FAARQ/UFPA

Documento assinado digitalmente
 **CELINEIDE RODRIGUES CAVALCANTE**
Data: 23/07/2026 20:32:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a Celineide Rodrigues Cavalcante
Avaliadora Externa - ICSA/UFPA

A Deus e a todos que acreditaram em meu potencial, me incentivaram e caminharam ao meu lado ao longo desta trajetória, minha sincera gratidão.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus e à espiritualidade que me acompanha, por iluminar meus caminhos e me conceder forças ao longo desta jornada.

À minha mãe, Lucinildes Valois, ao meu pai, Osvaldo Moraes, e minha madrinha, Ana do Socorro, pelo amor, apoio incondicional e pelos ensinamentos que contribuíram para minha formação pessoal. Aos meus irmãos e tias pelo incentivo constante aos meus estudos.

À minha namorada, Ingryd Batista, por ter sido meu apoio constante durante toda esta trajetória sendo companheira nos momentos mais desafiadores. Estendo também minha gratidão à sua família, Marcela e as Marias, pelo acolhimento ao longo dessa caminhada.

À minha querida avó, Maria Loureiro, e aos meus tios, Adalberto Valois e Eldo Lucena, que partiram durante minha jornada acadêmica, mas permanecem presentes em minhas memórias e são importantes para essa conquista.

Aos amigos de longa data, em especial à minha melhor amiga da vida: Jaine Monteiro, e a todos os amigos que a graduação me apresentou, como o Carlos Ygor, com quem construí uma amizade antes mesmo do primeiro trabalho acadêmico, à minha “panelinha”: Ketery, Vitória, Paloma, Samira, Josimara, Luiz Fernando, Paulo Victor e Raí Rocha, agradeço pelo apoio e pelas experiências compartilhadas que tornaram mais leve a intensa rotina entre estágio e faculdade.

Aos meus sobrinhos, Esther e Yan, desejo que este capítulo de minha vida sirva de inspiração para que construam seus próprios caminhos, lembrando sempre do poder transformador da educação.

Por fim, expresso minha sincera gratidão e carinho à minha professora e orientadora Renata Lira Furtado, pela atenção, dedicação e cumplicidade ao longo desta jornada. Sua contribuição foi além da orientação acadêmica, compartilhando ensinamentos que levarei comigo para a vida profissional e pessoal.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo.” – Paulo Freire*

APRESENTAÇÃO

O artigo intitulado **"Inteligência Arquivística como estratégia para reintegração social"**¹ foi submetido, avaliado e apresentado no II Seminário internacional de informação, conhecimento e digitalidade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (SICAM), ocorrido nos dias 18 e 19 de junho de 2026, nas dependências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, e integrará os anais do evento.

O presente artigo é fruto da participação no projeto de pesquisa: Perspectivas de integração da díade Arquivologia e Competência em Informação aos Estudos Arquivísticos Críticos, na condição de pesquisadora voluntária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) com o Plano de Trabalho: Inteligência Arquivística como estratégia para capacitação e ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Renata Lira Furtado.

Cumpre salientar que a utilização deste artigo para fins de créditos do Trabalho de Conclusão de Curso, foi possível por meio da Resolução nº 1, de 20 de maio de 2024, que institui as diretrizes da Atividade Curricular Obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Bacharelado em Arquivologia da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará.

Yasmin Ludmilla Valois Moraes

¹ MORAES, Yasmin Ludmilla Valois; FURTADO, Renata Lira. **Inteligência arquivística como estratégia para reintegração social**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, 2., 2026, Belém. Anais [...]. Belém: [s. n.], 2026. No prelo.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as possíveis contribuições da Inteligência Arquivística no contexto de iniciativas institucionais voltadas à inclusão social, como projetos ou programas que ofertam oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e capacitação profissional a presos e egressos. Esta pesquisa de revisão bibliográfica não sistemática da literatura realizou levantamento nas Bases de Dados em Ciência da Informação, *Scientific Electronic Library Online* e Google Acadêmico. O estudo se justifica por dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 04 – Educação de qualidade, 08 – Trabalho decente e crescimento econômico e 16 – Paz, justiça e instituições eficazes pois conversa com a promoção de uma educação de qualidade, com a valorização do trabalho como instrumento de dignidade e reintegração social, e com o fortalecimento de instituições mais eficientes, transparentes e comprometidas. Como referencial teórico são abordados os conceitos de Competência em Informação, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística, apresentando também uma discussão teórica sobre a reintegração social para detentos e egressos do sistema prisional no âmbito brasileiro. A reflexão desenvolvida indica que a articulação entre essas competências pode contribuir com estratégias para a reintegração social.

Palavras-chave: Competência em informação; Arquivologia; reintegração social; Competência arquivística; Inteligência Arquivística.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the possible contributions of Archival Intelligence within the context of institutional initiatives focused on social inclusion, such as projects or programs that provide opportunities for reintegration into the labor market and professional training for incarcerated individuals and former prisoners. This non-systematic bibliographic literature review was conducted through searches in the Information Science Databases, Scientific Electronic Library Online (SciELO), and Google Scholar. The study is justified by its dialogue with the Sustainable Development Goals: 04 – Quality Education, 08 – Decent Work and Economic Growth, and 16 – Peace, Justice and Strong Institutions, as it relates to the promotion of quality education, the appreciation of work as an instrument of dignity and social reintegration, and the strengthening of more efficient, transparent, and committed institutions. The theoretical framework addresses the concepts of Information Literacy, Archival Literacy, and Archival Intelligence, while also presenting a theoretical discussion on the social reintegration of prisoners and former prisoners within the Brazilian context. The reflections developed indicate that the articulation among these competencies may contribute to strategies aimed at social reintegration.

Keywords: Information Literacy; Archival Science; social reintegration; Archival literacy; Archival Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

As transformações associadas à sociedade da informação alteraram os modos de produção, acesso, circulação e uso da informação, ampliando os desafios enfrentados pelos sujeitos diante de um volume cada vez maior de informações. Essa situação passou a exigir dos sujeitos não apenas o acesso, mas também habilidades para selecionar, interpretar e utilizar a informação de forma adequada.

Nesse cenário a Competência em Informação (Colnfo) apresenta-se como uma ferramenta estratégica para contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades, uma vez que pode ser entendida como um processo que envolve aptidões, habilidades e atitudes necessárias para acessar, avaliar e utilizar a informação em diferentes contextos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, a empregabilidade, o exercício da cidadania e a inclusão social (Rosetto, 2012).

Conforme apontam Furtado, Cavalcante e Santos (2022) a Colnfo é uma competência fundamental para todos, em diferentes contextos, podendo ser aplicável na educação formal e em espaços informais de aprendizagem. Essa perspectiva impacta também a Arquivologia, a partir de seus atores e processos, conduzindo para que o arquivista reconfigure sua atuação em razão dos fenômenos informacionais contemporâneos, que alcançam inclusive produtores de documentos e usuários.

A Competência Arquivística é compreendida como uma aplicação contextual da Colnfo e pode ser definida como um conjunto de habilidades que favorece o reconhecimento da utilidade e da relevância da informação, bem como a capacidade de localizar, avaliar e utilizar documentos arquivísticos de maneira apropriada. Competência Arquivística está estruturada em três campos do conhecimento: conhecimento do domínio, competência em artefatos e inteligência arquivística (foco da presente pesquisa) (Santos; Furtado, 2021; Furtado; Cavalcante; Santos, 2022).

A Inteligência Arquivística pode emergir de maneira estratégica, quanto para desenvolvimento pessoal quanto para o progresso de uma instituição, uma vez que se enquadra no conjunto de conhecimentos e habilidades elencados para localizar, avaliar e usar fonte primárias em instituições arquivísticas, conforme menciona Yakel e Torres (2003). Partindo desse contexto, a Colnfo se apresenta como um conjunto de habilidades fundamentais para que os sujeitos possam reconhecer suas necessidades informacionais, buscar, avaliar e utilizar informações em diferentes situações da vida social. Ao se considerar suas vertentes no campo arquivístico, a

Competência Arquivística e em especial a Inteligência Arquivística, ampliam essa compreensão ao enfatizar o conhecimento sobre informações, documentos e práticas arquivísticas.

Essa perspectiva torna-se relevante quando relacionada a sujeitos em situação de vulnerabilidade social, como presos e egressos do sistema prisional, que possivelmente enfrentam barreiras informacionais para acessar direitos, buscar oportunidades de trabalho e capacitação profissional, dentre outras situações. Desse modo, iniciativas institucionais de formação e capacitação profissional destinadas a presos e egressos do sistema prisional podem se constituir como espaços estratégicos para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso da informação e de documentos. Nesses contextos, a Inteligência Arquivística pode contribuir para a compreensão dos arquivos, informações e documentos arquivísticos como instrumentos de acesso a direitos, bem como para a ampliação das possibilidades de reintegração social, quando articulada a ações educativas, laborais e cidadãs.

Sob esse enfoque, como questão norteadora, propõe-se a seguinte indagação: De que modo a Inteligência Arquivística pode contribuir para iniciativas institucionais de capacitação e reintegração social de presos e egressos do sistema prisional? Nesse contexto, se estabeleceu como objetivo geral refletir sobre as possíveis contribuições da Inteligência Arquivística no contexto de iniciativas institucionais voltadas à inclusão social, como projetos ou programas que ofertam oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e capacitações profissionais a presos e egressos.

Vale ressaltar que a pesquisa se justifica em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em destaque ODS: 04 – Educação de qualidade, 08 – Trabalho decente e crescimento econômico e 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Visto que essa pesquisa dialoga com a promoção de uma educação de qualidade, com a valorização do trabalho como instrumento de dignidade e reintegração social, e com o fortalecimento de instituições mais eficientes, transparentes e comprometidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Competência em informação

A expressão Competência em Informação (Colnfo) é oriunda da tradução oficial da expressão em inglês “*Information Literacy*”. Sua origem está relacionada com o relatório “*The information service environment relationships and priorities*” apresentado por Paul Zurkowski em 1974 nos Estados Unidos. O referido documento expõe o cenário vivenciado pela população norte-americana a partir do impacto das transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, alertando sobre a necessidade dos cidadãos desenvolverem habilidades para lidar com os recursos tecnológicos e com o volume crescente de informações (Zurkowski, 1974).

Com o passar dos anos, esse cenário se manteve pertinente e o conceito de Colnfo se desenvolveu e se consolidou especialmente no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Nesse contexto, ganha relevância na década de 1980 o Relatório Final do *Presidential Committee on Information Literacy*, da *American Library Association*, que definiu que, para ser competente em informação, o sujeito deve ser capaz de reconhecer quando necessita de informação e possuir habilidade para localizá-la, avaliá-la e usá-la efetivamente. Tal formulação tornou-se central para a compreensão da área, ao enfatizar não apenas o acesso, mas também o aprendizado autônomo e contínuo (ALA, 1989, p. 1).

Esse recorte contribui para a formulação conceitual da Colnfo ao descrever características dos sujeitos competentes em informação. Além disso, conforme Cavalcante (2021), a década de 1990 foi marcada pela expansão de programas em várias partes do mundo, o que fortaleceu a consolidação desse campo de estudo e evidenciou que se tratava de uma preocupação de escala internacional. No contexto brasileiro, as pesquisas sobre Colnfo iniciaram-se ao longo da década de 2000. De modo geral, entre os autores nacionais, são recorrentes as compreensões que associam a Colnfo às habilidades de busca, localização, interpretação e uso da informação.

De acordo com a revisão sistemática de autores brasileiros apresentada por Cavalcante (2021), a Colnfo pode ser compreendida como um conjunto de habilidades que auxilia o sujeito a compreender e interagir com o ciclo informacional e com as tecnologias da informação e comunicação. Ao interpretar a pesquisa da

autora, observa-se que parte das conceituações restringe a ColInfo ao âmbito profissional, enquanto outras a reconhecem também como competência essencial para os sujeitos inseridos na sociedade da informação.

Ao considerar a importância da ColInfo para os profissionais da informação, Furtado (2019) apresenta indicativos sobre a urgência de sua inserção no cenário arquivístico, ressaltando a relevância da análise crítica não apenas diante do uso de tecnologias e ferramentas de busca, mas também frente a questões éticas, sociais, culturais, econômicas e políticas, considerando que o fortalecimento da autonomia informacional favorece o acesso e a leitura crítica da informação, contribuindo para a participação ativa dos sujeitos na sociedade.

2.2 Competência e Inteligência Arquivística

A expressão Competência Arquivística, corresponde à tradução da expressão em inglês *Archival Literacy*, conceituada como um conjunto de conhecimentos, habilidades e capacidades que permitem aos sujeitos localizar, compreender, interpretar e utilizar documentos arquivísticos, analisar a forma e natureza do documento, determinar se ele é um documento original e qual versão, e compreender sua cadeia de custódia, considerando seus contextos de produção, organização e uso (Gilliland-Swetland; Kafai; Landis, 1999, p. 92-93)

A Competência Arquivística configura-se como uma temática ainda em ascensão no âmbito brasileiro, que se destaca como um elemento de aproximação da Ciência da Informação com a Arquivologia, uma vez que é considerada uma vertente da ColInfo. As autoras Yakel e Torres (2003), compreendem que a Competência Arquivística está estruturada em três dimensões inter-relacionadas: o conhecimento do domínio (*domain knowledge*), a competência em artefatos (*artifactual literacy*) e a inteligência arquivística (*archival intelligence*), que, em conjunto, evidenciam que o uso de fontes primárias exige não apenas habilidades técnicas, mas também habilidades cognitivas e uma atuação crítica e ética diante dos documentos.

Considerando as dimensões apresentadas, segue-se com a verticalização teórica em torno da Inteligência Arquivística, definida por Yakel e Torres (2003) como o conhecimento do usuário sobre os princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos de instituições de arquivo, bem como o desenvolvimento de estratégias de busca para questões de pesquisa e compreensão das fontes. O conceito está

estruturado em três dimensões: 1) conhecimento da teoria, práticas e procedimentos arquivísticos; 2) estratégias para reduzir incerteza e ambiguidade e 3) habilidades intelectuais.

A proposta das três dimensões de Yakel e Torres (2003) é reconfigurada por Cavalcante (2021) ao compreender que as dimensões 2 e 3, respectivamente Estratégias para reduzir incerteza e ambiguidade e Habilidades intelectuais, estão abarcadas pelo escopo teórico e prático da ColInfo onde o sujeito precisa desenvolver habilidades para atender suas necessidades informacionais e especificamente da Competência Arquivística, onde tais habilidades estão direcionadas às fontes primárias. Nessa perspectiva, a autora entende que a Inteligência Arquivística abarca exclusivamente o Conhecimento da teoria, práticas e procedimentos arquivísticos (dimensão 1), definidos como sendo aqueles que permeiam todo o fazer arquivístico direcionado ao acesso à informação e à documentos arquivísticos, abarcados ou não por ações de difusão e disseminação.

Cavalcante (2021) destaca ainda, como escopo da Inteligência Arquivística, as atividades relacionadas à Gestão de documentos: produção, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento; bem como aquelas em torno das funções arquivísticas, especialmente a classificação, a avaliação e a descrição e seus respectivos instrumentos: Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade e Instrumentos de pesquisa. Insere-se ainda nesse rol o conhecimento em torno de ações de Preservação, Conservação e Difusão, considerando a percepção acerca do impacto social que tais ações refletem.

Com relação aos sujeitos envolvidos em ações de Inteligência Arquivística, Cavalcante (2021) destaca o arquivista que atua como mediador entre usuários, documentos e arquivos; e potenciais sujeitos do processo de aprendizagem com fontes primárias, como os usuários internos que atuam também como produtores de documentos; usuários externos como pesquisadores, profissionais e o cidadão comum. A motivação desses sujeitos pode ocorrer por razões diversas: profissional, acadêmico, resolução de problemas, tomada de decisão, exercício da cidadania, dentre outros.

Diante desse percurso conceitual, é possível compreender a Competência Arquivística e a Inteligência Arquivística para além do domínio técnico-documental, situando-as também como dimensões formativas relacionadas ao acesso, à compreensão e ao uso social dos documentos e das informações arquivísticas. No

contexto de presos e egressos do sistema prisional, essas competências podem contribuir para o enfrentamento de barreiras informacionais que dificultam o acesso a direitos, a regularização documental, a participação em processos seletivos, o ingresso em instituições de ensino, a obtenção de benefícios sociais e a reinserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a relação entre Inteligência Arquivística e reintegração social pode ser compreendida a partir do fortalecimento da autonomia informacional e da cidadania. Ao desenvolver conhecimentos sobre documentos, procedimentos institucionais, fontes de informação, formas de acesso e usos sociais dos arquivos, os sujeitos ampliam suas possibilidades de compreender e interagir criticamente com as instituições. Assim, a Inteligência Arquivística pode ser pensada como um elemento contributivo em processos formativos voltados à capacitação, à inclusão social e à reconstrução de vínculos com a vida civil.

2.3 Reintegração social para detentos e egressos

A partir da compreensão da inteligência arquivística como um elemento associado ao conhecimento técnico e ao senso crítico para o uso efetivo da informação, é possível ampliar a percepção do arquivo não limitando a espaço apenas de pesquisas, assumindo também um papel social relevante. Nesse sentido, o ambiente arquivístico pode ser compreendido como um espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades que promovem a inclusão social de detentos e egressos do sistema carcerário.

No Brasil, conforme os dados do primeiro semestre de 2025 da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), haviam 941.752 pessoas em cumprimento de pena, e em outras carceragens. Em relação aos dados de anos anteriores, houve crescimento da população em cumprimento de pena e em outras carceragens, passando de 701.874 pessoas, em 2016, para 941.752, em 2025. No Pará, no ano de 2025, foram contabilizadas 19.996 pessoas em cumprimento de pena no sistema penitenciário e outros tipos de carceragem, sendo que 1.249 pessoas integram a população carcerária feminina e 18.747 pessoas integram a população carcerária masculina (Brasil, 2025).

Esse crescimento ressalta uma preocupação quanto à porcentagem de reincidência no Brasil, Passos (2016) destaca uma problemática quanto a extração

de dados de reincidentes pois há dificuldades para obtenção como também há dados incompletos. A autora caracteriza os variados tipos de reincidência como:

[...] a reincidência genérica – quando há mais de um ato criminal independente se houve condenação ou autuação em algum dos casos; a reincidência legal – quando há condenação judicial por novo crime até cinco anos após a extinção da pena anterior, conforme a legislação; reincidência penitenciária – quando há retorno de um egresso ao sistema penitenciário após uma outra pena ou medida de segurança; e a reincidência criminal – quando há mais de uma condenação, não importando o prazo legal. Há ainda a reincidência penal – quando há uma nova condenação, mas não necessariamente implica numa pena de prisão (Passos, 2016).

Após compreender a reincidência, se observa que o sistema prisional propriamente reproduz a reincidência pois, em teoria, não acontece apenas a punição, mas produz efeitos sociais que conseqüentemente contribuem com a exclusão social. Por conseguinte, os mecanismos do sistema prisional são seletivos e não afetam a todos de forma igualitária, sendo julgado não somente pelo sistema, mas pela sociedade também por ser egresso do sistema penitenciário, carregando um estigma social permanente (Passos, 2016).

Em razão do estigma social, a reintegração social dos apenados constitui um dos principais desafios do sistema prisional brasileiro e após a reforma do Código Penal em 1984, foi adicionado a Lei de Execuções Penais, que entre os seus outros objetivos, garante meios de reintegração social de apenados (Passos, 2016).

Em contraste, atualmente a reinserção e reintegração de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional exhibe uma realidade recorrente, em vista disso há projetos que incentivam instituições públicas a oferecerem oportunidades a esses sujeitos para desempenharem atividades que cultive conhecimentos, competências e habilidades fundamentais para sua reinserção no mercado de trabalho.

Com relação aos projetos e programas que promovem a reintegração social, é possível citar o projeto “Começar de Novo” apresentado por Passos (2016) e Firmino (2018), que se constitui como um exemplo de iniciativa voltada à ampliação de oportunidades de trabalho, qualificação e reinserção social de pessoas egressas do sistema prisional.

Este projeto foi criado a partir da resolução nº 96/2009-CNJ do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na qual foi implementado em todos os órgãos do Poder Judiciário e outras entidades públicas e privadas. Somado a isso, em 2010 foi

implementado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará em busca de impulsionar atividades de reintegração social no estado.

Os projetos dessa natureza são fundamentados pela aplicação da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que estabelece assistência educacional, social e profissional ao que favorece a reintegração social voltadas à população carcerária e aos egressos do sistema penitenciário (BRASIL, 1984).

Firmino (2018) ao analisar discursos de egressos participantes de programas de reintegração social, observa que a emancipação social desses sujeitos está de certa maneira, condicionada à emancipação financeira. Isso ressalta que esses indivíduos relacionam sua emancipação social com acesso ao mercado de trabalho e qualificação profissional como elementos fundamentais para a reconstrução de suas trajetórias fora do sistema prisional. A partir do estudo de Firmino (2018) observou-se que há um encadeamento entre qualificação profissional e autonomia financeira para que a reintegração social ocorra de maneira efetiva, uma vez que o acesso à educação expande perspectivas e fomenta o pensamento crítico.

Barbosa e Silveira (2023) a partir de entrevistas realizadas com sujeitos egressos do sistema penal, ressaltam, que o acesso à educação e à informação é fundamental para o fortalecimento do senso crítico, contudo os incentivos destinados para detentos e egressos do sistema prisional, são escassos, dificultando o processo de reintegração.

Dessa forma, é possível refletir sobre a importância da autonomia informacional para esses sujeitos, uma vez que eles já possuem preocupações com a sua autonomia financeira e compreendem a necessidade do pensamento crítico. É nesse ponto que a Competência em Informação, a Competência Arquivística e a Inteligência Arquivística podem ser articuladas como elementos contributivos para ações formativas voltadas à cidadania e à inclusão social de detentos e egressos do sistema prisional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fundamentar a pesquisa, foram adotados procedimentos de natureza bibliográfica, de caráter não sistemático da literatura a partir da Bases de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. A escolha dessas bases se deu em razão de sua relevância para as áreas de Ciência da Informação e Arquivologia.

Por se tratar de uma revisão bibliográfica não sistemática, não foram adotados protocolos rígidos de busca, seleção, exclusão e quantificação do corpus, priorizando-se produções consideradas conceitualmente relevantes para a articulação teórica proposta.

As buscas foram realizadas em abril de 2026, utilizando-se os termos “competência em informação”, “competência arquivística”, “inteligência arquivística”, “reintegração social”, “egressos do sistema prisional” e “ressocialização”, isolados e combinados. Foram priorizadas produções que apresentassem relação direta com os conceitos centrais do estudo ou que subsidiavam a discussão sobre reintegração social. A priori, as buscas para o corpus objetivavam obter produções recentes, entretanto, as buscas ocorreram sem delimitação temporal para identificar produções relevantes, o que caracterizou o estudo como exploratório.

Os resultados obtidos foram selecionados por meio de leitura exploratória, principalmente do resumo, e interpretativa para identificar os conceitos e contribuições relevantes para a construção desta pesquisa. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou a elaboração de um referencial teórico consistente entre os conceitos de competência em informação, competência arquivística e inteligência arquivística, bem como uma abordagem teórica de iniciativas voltadas à reintegração social de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema penitenciário.

A análise dos resultados foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar aproximações teóricas entre os conceitos estudados e suas possíveis aplicações em contextos sociais, especialmente no que se refere à capacitação e reintegração social.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

À luz dos referenciais teóricos apresentados, há evidências de aproximações significativas entre os conceitos de ColInfo, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística e se observa que esses conceitos abarcam potencial suficiente para contribuir na reintegração social voltada a presos e egressos do sistema penitenciário. Embora esses conceitos tenham sido originalmente desenvolvidos em contextos associados ao uso da informação e dos documentos arquivísticos em

outros contextos, suas dimensões permitem ampliar a discussão para situações sociais marcadas por vulnerabilidade e exclusão social e informacional.

Cavalcante (2021) aponta que a competência arquivística possui atribuição fundamental no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para buscas, uso e estratégias de localização de fontes primárias. Nesse sentido, essa competência não deve ser compreendida como restrita aos arquivistas ou aos profissionais que atuam diretamente em arquivos, mas também como um conjunto de saberes que pode favorecer diferentes sujeitos em seus processos de interação com informações, documentos e instituições arquivísticas. No caso de presos e egressos do sistema prisional, essa perspectiva torna-se relevante por envolver situações concretas de acesso a direitos, regularização documental, busca por oportunidades educacionais e profissionais e reintegração social.

Cavalcante (2021) ressalta que as habilidades de busca e uso, são um subsídio para tomadas de decisão e resolução de problemas independentes do contexto inserido. No âmbito da reintegração social, essas habilidades podem favorecer a compreensão de exigências burocráticas, a organização da documentação pessoal, o acesso a serviços públicos, a participação em processos seletivos e a inserção em programas de qualificação profissional. Assim, a articulação entre ColInfo, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística permite pensar a capacitação de presos e egressos para além da preparação técnica para o trabalho, abrangendo também a formação para o uso social da informação e dos documentos.

Na década de 1990, profissionais da educação relacionaram o uso da informação como um processo cognitivo para resoluções de problemas, reforçando o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, o que pode se relacionar no contexto dessa pesquisa com os programas de reinserção e reintegração social, uma vez que esta também é uma forma de exercício da cidadania (Cavalcante, 2021).

Em contraste a essas considerações, observou-se que a leitura no cárcere, por favorecer o acesso à informação e a inclusão informacional, como aponta Barbosa e Silveira (2023), pode fomentar o pensamento crítico sobre suas vivências para além do cumprimento da pena. As autoras também sustentam que a prática de leitura é amparada pela Lei de Execução Penal, como diz o art. 21: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de

todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.” Esse dispositivo reforça a importância do acesso à informação e à educação como elementos fundamentais ao exercício da cidadania e à construção de possibilidades de reintegração social.

No entanto, o acesso à informação, à educação e à profissionalização não deve ser compreendido apenas como cumprimento formal de uma previsão legal. É necessário considerar que tais dimensões podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades que permitam aos sujeitos interpretar informações, compreender documentos, lidar com procedimentos institucionais e utilizar recursos informacionais em benefício de sua própria trajetória social e profissional. Nesse sentido, a Inteligência Arquivística pode ser pensada como um elemento contributivo em ações formativas voltadas à autonomia, à cidadania e à reinserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, os resultados desta reflexão indicam que a articulação entre Competência em Informação, Competência Arquivística e Inteligência Arquivística pode contribuir para iniciativas de capacitação e reintegração social de presos e egressos do sistema penitenciário. Essa contribuição não significa atribuir aos arquivos ou à Inteligência Arquivística a responsabilidade isolada pela reintegração social, uma vez que esse processo envolve fatores estruturais, sociais, econômicos e institucionais mais amplos. Trata-se, antes, de reconhecer que o desenvolvimento de habilidades informacionais e arquivísticas pode ampliar as condições de acesso a direitos, participação social e reconstrução de trajetórias de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência das discussões apresentadas, foi constatado que o objetivo geral proposto foi alcançado uma vez que foi possível refletir sobre as possíveis contribuições da Inteligência Arquivística no contexto de iniciativas institucionais voltadas à inclusão social de egressos e detentos do sistema prisional. Dentro desta análise, foi apurado que a Colnfo e a Competência Arquivística juntamente com a Inteligência Arquivística quando desenvolvidas de forma integrada e simultânea, visto que elas se inserem e se relacionam, são apropriadas e indispensáveis à esses sujeitos.

Diante disso, foi observado que instituições, documentos e práticas arquivísticas são relevantes para a inclusão social quando compreendidos como

elementos relacionados ao exercício da cidadania, garantia de direitos e à reconstrução de trajetórias sociais e a Inteligência Arquivística pode ser considerada um fator contributivo para iniciativas que busquem ampliar as condições de participação social de presos e egressos..

Em relação às limitações, cabe destacar que por se tratar de uma revisão bibliográfica não sistemática, a pesquisa apresenta abordagem teórica e não contempla investigação empírica junto a programas de reintegração social, instituições arquivísticas ou sujeitos egressos do sistema prisional.

Além disso, este estudo se configura como uma aproximação inicial entre os conceitos de inteligência arquivística com iniciativas de reintegração social. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de aprofundamento da temática, uma vez que ainda há um campo extenso a ser explorado para que consolide essas discussões. Por fim, este estudo está vinculado a uma pesquisa de iniciação científica, evidenciando a relevância da produção acadêmica para o avanço das discussões neste campo da Arquivologia e suas questões sociais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. 1989. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential> Acesso em: 10 abr. 2026.

BARBOSA, Andreza Gonçalves; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Políticas públicas de ressocialização: problematizando as condições de acesso à informação, à educação e ao trabalho no ambiente prisional**. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), 23., 2023. Anais [...]. [S. l.]: ANCIB, 2023. v. 3, n. 1. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/28 Acesso em: 10 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm?utm_source Acesso em: 8 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **SENAPPEN divulga Levantamento de Informações Penitenciárias referente ao primeiro semestre de 2025**. Brasília, DF, 13 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2025> Acesso em: 10 abr. 2026.

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues. **INTELIGÊNCIA ARQUIVÍSTICA: um conceito à luz da Teoria Fundamentada em Dados**. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15387>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 96, de 27 de outubro de 2009**. Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2009. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_96_27102009_10102012194748.pdf. Acesso em: 12 mai. 2026.

FIRMINO, Joyce Freitas Araújo. **O Programa Começar de Novo como possibilidade de reintegração social: um estudo de caso na Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas na cidade de Manaus**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6275/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Joyce%20Freitas%20Ara%c3%ba%20Firmino.pdf> . Acesso em: 10 maio 2026

FURTADO, Renata Lira. **A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 366f. Tese (Doutorado em Ciência da

Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/entities/publication/83873ea3-ede5-4d1f-b22a-be1d6f8eafab?utm_source= Acesso em: 07 abr. 2026.

FURTADO, Renata Lira; CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; SANTOS, Felipe César Almeida dos. Competência arquivística e inteligência arquivística como vertentes da competência em informação no horizonte da Arquivologia contemporânea. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 163–192, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pci/a/NyYdz955YRcLQh6vq3gPXJz/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2026.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KAFAL, Yasmin B.; LANDIS, William E. Integrating primary sources into the elementary school classroom: a case study of teachers' perspectives. **Archivaria**, [s.l.], p. 89–116, 1999. Disponível em:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12728> Acesso em: 10 abr. 2026.

PASSOS, Iara Cunha. **Reflexões sobre reincidência e reinserção social no Brasil: a proposta do projeto "Começar de novo"**. Revista Três Pontos, v. 13, n. 2, p. 4, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15096> Acesso em: 10 abr. 2026.

ROSETTO, Marcia. **A competência em informação como fator de interação entre a história da ciência e a ciência da informação: estudo de caso no Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência, CESIMA (PUC/SP)**. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13269/1/Marcia%20Rosetto.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTOS, Felipe César Almeida; FURTADO, Renata Lira. Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 1–18, 2021. Disponível em:
https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1647?utm_source= Acesso em: 12 mai. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Começar de Novo: apresentação**. Belém: TJPA. Disponível em:
<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Projeto-Comecar-de-Novo/153-Apresentacao.xhtml>. Acesso em: 12 mai. 2026.

ZURKOWSKI, Paul George. **The Information Service Environment Relationships and Priorities: report 5**. Washington, D. C; National Commission on Libraries and Information Science, Nov., 1974. Disponível em:
<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2026.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah. AI: Archival Intelligence and User Expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283585415_AI_Archival_Intelligence_and_User_Expertise Acesso em: 10 mai. 2026